THE SUMMIT

EDIÇÃO Nº 6 · 16 NOV 2026



R$ 56,1 bi

A semana em que Brasília decide o caixa de 2027

DIREITO
Fux zera o placar da 6x1 no STF

MUNDO
Irã diz ter afundado superpetroleiro em Ormuz

CÂMARA
Big techs sob o Cade vão a voto na terça

RIO
O rombo de R$ 14 bi que Ruas vai herdar

Imagem: Reprodução

NESTA EDIÇÃO

Sumário

Edição nº 6, segunda-feira, 16 de novembro de 2026. As notícias de domingo, 15 de novembro, explicadas.

EDITORIAL	Um ajuste que precisa de mais despesa e menos conta para os estados	3
BRASIL	O ajuste de Lula entra na semana decisiva com os estados contra um artigo	5
BRASIL	Lula volta da Ásia com a Fazenda por decidir e uma agenda de diversificação	7
BRASIL	Câmara marca para terça a votação que dá ao Cade poder sobre as big techs	9
RIO DE JANEIRO	Ruas herda um rombo de R$ 14 bi e o ajuste federal pode aumentá-lo	11
DIREITO	O fim da escala 6x1 volta à estaca zero no STF a um mês de valer	13
DIREITO	Revisão criminal de Bolsonaro vai ao plenário com parecer contrário da PGR	15
ECONOMIA E MERCADOS	A bolsa sobe, o dólar também, e a conta aparece nos juros longos	17
ECONOMIA E MERCADOS	Banco do Brasil perde 11,85% na semana e vira o termômetro do crédito rural	19
MUNDO	Irã diz ter afundado superpetroleiro em Ormuz; EUA afirmam que as rotas estão limpas	21
MUNDO	Trump, Xi e Putin vão se sentar à mesma mesa pela primeira vez	23
RELIGIÃO	Um mês após cirurgia, Leão XIV sobe aos Andes e desce à Amazônia	25
BRIEFING	Como funciona o ajuste fiscal de 2027, peça por peça	27
COLUNA	O ajuste de Brasília não pode ser pago pelo caixa do Rio	30
AGENDA	O que acompanhar a partir de segunda	31
FONTES	As fontes de cada matéria	32

MERCADOS Bolsas fechadas no domingo. Números de mercado referem-se ao fechamento de sexta-feira (13).

A POSIÇÃO DA REVISTA

Um ajuste que precisa de mais despesa e menos conta para os estados

O pacote fiscal é necessário e chega tarde. A semana que começa é a chance de corrigir o desenho antes que ele vire lei.

O Brasil entra numa semana em que o Congresso vai decidir, em poucos dias, o tamanho do caixa do governo federal para 2027. Na terça-feira (17), o Senado vota os quatro destaques que ficaram pendentes do Projeto de Lei Complementar 299/2026, cujo texto-base passou por 45 votos a 31 na quinta-feira (12). O presidente da Câmara, Hugo Motta, já sinalizou que pode levar o texto ao plenário logo em seguida. É a primeira grande votação econômica do quarto mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, antes mesmo da posse.

A revista defende a aprovação do núcleo do projeto. Os números justificam a urgência. O dólar fechou a sexta-feira (13) a R$ 5,655, no maior valor desde junho de 2025. O contrato de juros futuros para janeiro de 2031 está em 15%, acima da Selic de 13,75%, o que significa que o mercado cobra um prêmio crescente para financiar a dívida pública no longo prazo. A taxa básica, que vinha caindo um quarto de ponto por reunião desde março, parou em 4 de novembro. Cada mês de dúvida fiscal custa juros, e juros são a despesa que mais cresce no orçamento.

O projeto tem méritos claros. Ele autoriza o governo a contingenciar despesas para mirar o centro da meta fiscal, e não apenas o piso da banda de tolerância, o que fecha uma porta que vinha sendo usada para cumprir a regra no limite. Ele também aprofunda o corte de benefícios tributários, que somam centenas de bilhões de reais por ano e raramente passam por avaliação de resultado. Segundo o relator, Eduardo Braga, o efeito pode chegar a R$ 56,1 bilhões em 2027.

Cada mês de dúvida fiscal custa juros, e juros são a despesa que mais cresce no orçamento.

Mas o desenho tem dois problemas que o Congresso ainda pode corrigir. O primeiro é a proporção. Pelas contas do JPMorgan, cerca de dois terços do ajuste vêm de receita e de redução de benefícios, e apenas um terço da contenção de despesas. Um ajuste apoiado sobretudo em arrecadação tende a ser menos durável, porque depende do ritmo da economia e de disputas judiciais sobre créditos tributários. O próprio ministro do Planejamento, Bruno Moretti, reconheceu na sexta-feira que o governo fará "qualquer medida" adicional se for preciso. Seria melhor apresentá-las agora, do lado do gasto.

O segundo problema é federativo. O texto reduz os repasses anuais da compensação da Lei Kandir de R$ 4 bilhões para R$ 1 bilhão entre 2027 e 2030, com recomposição só até 2037, e limita a R$ 3 bilhões por ano a compensação previdenciária entre o regime geral e os regimes próprios dos estados. Na prática, a União melhora o próprio resultado adiando dinheiro que já deve aos governos estaduais. O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda pediu a retirada do artigo 2º. Governadores de partidos diferentes, como Raquel Lyra, do PSD de Pernambuco, e o senador e governador eleito do Paraná, Sergio Moro, do PL, reagiram no mesmo sentido.

Esse ponto não é detalhe. O Rio de Janeiro, que tem um déficit de R$ 13,98 bilhões previsto no orçamento de 2027 e está entre os estados exporta-

dores mais atingidos pela regra, não tem margem para absorver um adiamento desse tamanho. Transferir o problema fiscal da União para os estados não reduz o risco do país, apenas o muda de endereço.

A revista propõe, portanto, uma saída em três partes. Aprovar a regra de contingenciamento pelo centro da meta e o corte de benefícios tributários, que são o coração do ajuste. Retirar ou suavizar o adiamento da Lei Kandir, como pede o destaque que será votado na terça. E exigir do governo, até a votação do Orçamento de 2027, uma lista de medidas de despesa que equilibre a proporção do pacote, começando pelo projeto de lei contra os supersalários, para o qual o próprio texto dá 120 dias ao Congresso.

A escolha do próximo ministro da Fazenda, que Lula deve anunciar depois de voltar ao Brasil nesta segunda-feira, será lida pelo mercado à luz dessa votação. Um ajuste crível não é o maior número possível no papel. É o que sobrevive ao primeiro ano de execução.

OS NÚMEROS POR TRÁS DA POSIÇÃO

R$ 5,655
DÓLAR NA SEXTA, MAIOR DESDE JUN/2025

15,0%
DI JAN/2031, ACIMA DA SELIC

2/3
DO PACOTE VEM DE RECEITA (JPMORGAN)

R$ 4 bi para R$ 1 bi
LEI KANDIR POR ANO, 2027 A 2030



Imagem: Reprodução

CONGRESSO · AJUSTE FISCAL

O ajuste de Lula entra na semana decisiva com os estados contra um artigo

O Senado vota na terça os quatro destaques do PLP 299/2026. A Câmara promete votar logo depois. Governadores querem tirar o corte da Lei Kandir.



Imagem: Reprodução

45 a 31	R$ 56,1 bi	4	17/11
PLACAR DO TEXTO-BASE NO SENADO	EFEITO ESTIMADO EM 2027	DESTAQUES PENDENTES	VOTAÇÃO DOS DESTAQUES

O pacote de ajuste fiscal do governo chega à semana mais importante da sua tramitação com o texto principal aprovado e quatro pontos ainda em aberto. O Projeto de Lei Complementar 299/2026 foi protocolado no Senado na quarta-feira (11) pelo líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), e aprovado um dia depois, na forma de um substitutivo do relator, Eduardo Braga (MDB-AM), por 45 votos a 31. Os destaques, votações separadas de trechos específicos, ficaram para a terça-feira (17).

Dois desses destaques tratam de dinheiro dos estados: o adiamento dos repasses da compensação da Lei Kandir e o limite à compensação previdenciária entre o regime geral e os regimes próprios. Um terceiro tenta impedir que o governo restrinja o uso de créditos tributários por empresas para abater débitos com a Receita Federal. São justamente os trechos que concentram a resistência dentro e fora da base.

O QUE JÁ FOI APROVADO

O texto-base endurece as regras para o crescimento da despesa federal e amplia os instrumentos de contenção. A principal mudança permite ao governo contingenciar recursos para buscar o centro da meta fiscal, mesmo quando as contas já estiverem dentro da margem de tolerância. Hoje, cumprir o piso da banda basta. O projeto também aprofunda o corte de benefícios tributários, muda regras do lucro presumido para parte das empresas e autoriza o uso de até 40% das sobras de fundos e receitas vinculadas para pagar despesas obrigatórias, com exceção de saúde, educação, seguridade social e segurança pública.

Há ainda dois dispositivos com efeito imediato. O primeiro permite excluir da apuração da meta de 2026 até R$ 10,5 bilhões gastos com subsídios ao diesel. O segundo retira da base de cálculo do piso federal da saúde, até 2030, as receitas extraordiná-

rias da tributação sobre exportações de petróleo. Uma estimativa da Warren Investimentos, publicada pelo jornal O Tempo, aponta cerca de R$ 9 bilhões a menos no cálculo do piso.

Segundo o relator, o pacote pode melhorar o resultado primário de 2027 entre R$ 45,1 bilhões e R$ 56,1 bilhões. O ministro do Planejamento, Bruno Moretti, falou em R$ 50 bilhões a R$ 60 bilhões no lançamento. O governo quer a lei aprovada antes da votação do Orçamento de 2027, que só será apreciado depois que as medidas estiverem em vigor.

"O ajuste fiscal pode ser feito, mas não pode ser tirando dinheiro da gente." Raquel Lyra, governadora de Pernambuco

A REAÇÃO DOS ESTADOS

O ponto de maior atrito é o artigo 2º. Ele reduz a parcela anual da Lei Kandir, que compensa estados e municípios pela desoneração do ICMS nas exportações, de R$ 4 bilhões para R$ 1 bilhão entre 2027 e 2030, com recomposição da diferença até 2037. O Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz) divulgou nota pedindo a supressão do artigo para "preservar a programação orçamentária dos estados".

Na sexta-feira (13), em São Paulo, a governadora reeleita de Pernambuco, Raquel Lyra (PSD), disse que há uma mobilização de governadores no Senado. Para Pernambuco, o impacto calculado pelo Comsefaz é de R$ 23,8 milhões em 2027 e R$ 95,4 milhões até 2030. O senador e governador eleito do Paraná, Sergio Moro (PL), apresentou a Emenda 19 para retirar o dispositivo e estimou perda de R$ 604 milhões para o estado. Moro afirmou que votará contra o projeto inteiro se o trecho for mantido e citou São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro entre os mais prejudicados.

O OUTRO LADO

O governo sustenta que o adiamento não é calote, porque o valor será recomposto, e que o pacote é a condição para manter os programas sociais do novo mandato, como o reajuste do Bolsa Família e a expansão do Pé-de-Meia. Moretti disse na sexta-feira, à GloboNews, que a política de valorização do salário mínimo será preservada e que o governo se compromete com uma trajetória que leve a superávit de 1,5% do PIB em 2030. Também afirmou que atacar os supersalários é "uma questão justa e essencial". O texto dá 120 dias para o Congresso votar uma lei sobre o tema.

A resistência não vem só da oposição. Parlamentares do PT, do PCdoB e do PSOL articularam críticas ao ajuste, enquanto a direção do PT apoiou o pacote e atribuiu ao Banco Central a responsabilidade pelos juros altos, segundo a Jovem Pan. O presidente do PSD, Gilberto Kassab, disse ver "com otimismo" a posição do governo, num aceno lido como parte da negociação sobre a participação do partido no novo ministério.

O QUE MUDA AGORA

Na terça, se os destaques forem rejeitados, o texto segue para a Câmara como saiu do plenário. Se algum for aprovado, o trecho correspondente cai. O ministro das Relações Institucionais, José Guimarães, afirmou ao Metrópoles que acertou com Hugo Motta (Republicanos-PB) que a votação na Câmara será "imediata" após o Senado. Motta deve reunir os líderes na segunda (16) ou na terça (17) para definir o calendário, e a Câmara ainda não tem relator designado. Como é projeto de lei complementar, a aprovação exige maioria absoluta, 257 votos na Câmara.



Imagem: Reprodução

GOVERNO · QUARTO MANDATO

Lula volta da Ásia com a Fazenda por decidir e uma agenda de diversificação

Em Manila, o presidente defendeu parceria plena com a Asean, criticou as big techs e falou em 'salto de qualidade'. O anúncio da equipe econômica fica para depois do retorno.



Imagem: Reprodução

US$ 38 bi	US$ 3 bi	4	16/11
COMÉRCIO BRASIL E ASEAN EM 2025	O MESMO COMÉRCIO EM 2003	NOMES COTADOS PARA A FAZENDA	RETORNO DE LULA AO BRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encerrou neste domingo (15), em Manila, nas Filipinas, a viagem que começou na COP31, em Antália, na Turquia. Na 49ª Cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), Lula propôs elevar a relação do Brasil com o bloco ao nível de Parceria de Diálogo Plena e defendeu duplicar o comércio "tanto na venda quanto nas compras, e não ficar dependendo de um único país". Foi a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro às Filipinas, no ano em que os dois países completam 80 anos de relações diplomáticas.

Segundo dados apresentados pelo chanceler Mauro Vieira, o comércio entre o Brasil e a Asean passou de US$ 3 bilhões em 2003 para mais de US$ 38 bilhões em 2025. O bloco reúne cerca de 700 milhões de habitantes. Lula também se reuniu com o primeiro-ministro de Singapura, Lawrence Wong, com quem discutiu, segundo a Agência Brasil, retomar as conversas sobre um acordo entre Mercosul e Asean. A conclusão de um novo acordo não foi anunciada. Houve ainda encontro com o primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney.

O DISCURSO

Em coletiva após a cúpula, Lula disse que o quarto mandato precisa ser de "salto de qualidade" e que o Brasil deve "sair do rol dos países eternamente em via de desenvolvimento". Apontou como prioridades as indústrias digital e verde, a economia criativa e o investimento em ciência, e disse que quer usar o potencial mineral do país para atrair a fabricação de baterias e semicondutores, em vez de exportar só produtos primários. Associou a diversificação comercial ao crescimento do superávit, que citou como tendo passado de US$ 50 bilhões para

US$ 80 bilhões, e disse que o Brasil buscou novos parceiros em vez de "chorar" com o tarifaço americano.

"O Brasil precisa sair do rol dos países eternamente em via de desenvolvimento." Lula, em Manila

No discurso à cúpula, Lula criticou a concentração de poder das grandes empresas de tecnologia. O texto divulgado pelo governo afirma que as big techs não podem se sobrepor à soberania nacional. A fala ocorre a dois dias da votação, na Câmara, do projeto que amplia os poderes do Cade sobre essas empresas.

A ESCOLHA DA FAZENDA

O retorno ao Brasil, previsto para esta segunda-feira (16), abre a fase de definição do ministério. Segundo o g1, o anúncio do ministro da Fazenda deve sair só depois da viagem. Quatro nomes concentram as apostas: o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), o atual ministro Dario Durigan, que assumiu em março no lugar de Fernando Haddad, o governador reeleito do Piauí, Rafael Fonteles (PT), e o ministro do Planejamento, Bruno Moretti. Alckmin aparece entre os mais bem avaliados por economistas ouvidos pelo g1. Fonteles, matemático com mestrado em economia matemática, foi reeleito no primeiro turno com 70,9% dos votos. Moretti é descrito pelo presidente como um "mágico" do Orçamento.

A nova estrutura deve incluir um Ministério da Segurança Pública, separado da Justiça. Estão entre os cotados o promotor do Ministério Público de São Paulo Lincoln Gakiya, o secretário nacional de Segurança Pública, Chico Lucas, e o ex-governador da Bahia Rui Costa. A expectativa, segundo a imprensa, é que os primeiros nomes saiam até a primeira semana de dezembro.

O OUTRO LADO

A oposição vê na demora um sinal de indefinição. O senador Flávio Bolsonaro (PL), derrotado no segundo turno com 48,21% dos votos válidos contra 51,79% de Lula, votou de fora do país contra o ajuste fiscal e afirmou que pedirá a anulação da eleição. Pesquisa Atlas/Bloomberg divulgada na sexta mostrou que 52% dos entrevistados dizem que a eleição refletiu a vontade dos eleitores, 42% veem fraude e 50% desaprovam Lula. O mercado, por sua vez, quer saber se o próximo ministro terá força política para negociar com um Congresso de maioria oposicionista.

O QUE MUDA AGORA

Com Lula em Brasília, a semana combina três frentes: a votação do ajuste, a definição da equipe econômica e o projeto das big techs. A escolha da Fazenda será lida em conjunto com o resultado das votações. Um nome com trânsito no Congresso e no mercado tende a reduzir o prêmio de risco que hoje aparece no câmbio e nos juros longos.



Imagem: Reprodução

CÂMARA · MERCADOS DIGITAIS

Câmara marca para terça a votação que dá ao Cade poder sobre as big techs

O PL 4.675/2025 cria a figura da empresa de 'relevância sistêmica' em mercados digitais. A Casa Branca acompanha o caso, que entrou nas negociações do tarifaço.



Imagem: Reprodução

R$ 50 bi	R$ 5 bi	R$ 20 mil	276 a 186
FATURAMENTO GLOBAL QUE ENQUADRA O GRUPO	OU RECEITA ANUAL NO BRASIL	MULTA DIÁRIA, ATÉ R$ 1 MI	PLACAR DA URGÊNCIA, EM MARÇO

A Câmara dos Deputados deve votar nesta terça-feira (17) o Projeto de Lei 4.675/2025, que regula economicamente as grandes plataformas digitais e amplia os poderes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A data foi confirmada pelo relator, deputado Aliel Machado (PV-PR), depois da reunião de líderes do dia 10. "Vamos votar na terça-feira da semana que vem. Se não votarmos, será porque houve alguma mudança, porque avaliamos que não havia os votos necessários", disse.

O projeto foi enviado pelo Executivo em setembro de 2025, sob coordenação do Ministério da Fazenda. A urgência foi aprovada em 18 de março de 2026, por 276 votos a 186, o que permite a votação direta no plenário. O parecer preliminar do relator foi apresentado em julho. Desde então, o texto não andou por falta de apoio do centrão e da oposição.

O QUE O TEXTO FAZ

O PL altera a Lei 12.529/2011, a lei de defesa da concorrência, e cria dois novos tipos de processo no Cade: um para designar agentes econômicos de relevância sistêmica em mercados digitais e outro para impor a eles obrigações especiais. Só podem ser designados grupos com faturamento bruto global acima de R$ 50 bilhões por ano ou receita anual no Brasil superior a R$ 5 bilhões. A designação alcança todo o grupo econômico e, segundo análises do texto, pode valer por até dez anos.

As obrigações possíveis incluem transparência sobre termos de uso e critérios de ranqueamento, interoperabilidade, portabilidade de dados, permissão para instalar aplicativos de terceiros e proibição de autopreferência e venda casada. As empresas designadas terão de manter escritório no país, sob multa diária de R$ 20 mil, que pode chegar a R$ 1 milhão por dia. No substitutivo, a nova uni-

dade do Cade passou a se chamar Superintendência Especial de Relevância Sistêmica, Livre Concorrência e Defesa do Consumidor em Mercados Digitais.

"Não existe uma vírgula no projeto que trate de conteúdo. O projeto trata de regulamentação econômica." Aliel Machado, relator

QUEM APOIA E QUEM CRITICA

O texto tem apoio declarado de Hugo Motta, da Federação Brasileira de Bancos, da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes e da Associação Brasileira de Instituições de Pagamento. Na sexta-feira (13), 22 economistas e professores enviaram carta aberta a Motta em defesa do projeto. Entidades como Data Privacy Brasil, Artigo 19 e Idec também apoiam.

Do outro lado estão as plataformas, a Confederação Nacional do Comércio e a Fecomercio. A Associação Latino-Americana de Internet (ALAI), com base em estudo da Ecoa Consultoria Econômica, aponta risco de insegurança jurídica e pede definições objetivas para conceitos como "ecossistemas digitais", "controle de acesso" e "quantidade significativa de dados". O Consumer Choice Center critica a ausência de critério de dosimetria para as multas e a delegação ampla ao Cade para criar obrigações fora da lista legal.

COMO SERIA NA PRÁTICA

O modelo se inspira na Lei de Mercados Digitais da União Europeia, em vigor desde 2023, mas com uma diferença de método. Em vez de listar no próprio texto quais serviços são considerados essenciais, o projeto brasileiro deixa ao Cade a decisão de designar as empresas a partir de critérios como posição de controle de acesso, número de usuários e volume de dados. A imposição de obrigações especiais exige justificativa econômica e um processo administrativo próprio, com direito de defesa. Grupos como Google, Meta, Apple, Amazon e Microsoft, além de plataformas brasileiras de grande porte, estariam acima dos limites de faturamento. A legislação atual, de 2011, só permite ao Cade agir depois de instaurar processo por infração à ordem econômica, o que costuma levar anos.

A DIMENSÃO EXTERNA

O projeto foi citado no relatório anual de barreiras comerciais do Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR), divulgado em abril. Em julho, 20 congressistas republicanos pediram retaliação contra o Brasil por causa dele. Segundo a CNN Brasil, o tema entrou nas negociações sobre o tarifaço entre os dois países, e a Casa Branca acompanha a tramitação.

A votação também tem peso político interno. Lula intensificou as críticas às plataformas depois da eleição, acusando-as de disseminar desinformação durante a campanha, e repetiu o tema em Manila. A oposição associa o projeto à regulação de conteúdo, o que o relator nega.

O QUE MUDA AGORA

Se aprovado na Câmara, o texto segue para o Senado, onde o presidente Davi Alcolumbre (União-AP) já demonstrou interesse, segundo o relator. A meta do governo é aprovar nas duas Casas até o fim do ano. Para as empresas, a mudança é de natureza: o Cade deixaria de agir só depois de comprovada uma infração e passaria a impor regras antes, a partir da designação.



Imagem: Reprodução

ESTADO E PREFEITURA

Ruas herda um rombo de R$ 14 bi e o ajuste federal pode aumentá-lo

O orçamento de 2027 enviado à Alerj prevê receitas de R$ 124,4 bi e despesas de R$ 138,4 bi. O governador eleito promete teto de gastos. Na capital, Cavaliere abre o Natal e segue com obras de drenagem.



Imagem: Reprodução

R$ 13,98 bi	R$ 124,39 bi	R$ 138,37 bi	6/1/2027
DÉFICIT PREVISTO PARA 2027	RECEITAS LÍQUIDAS NA LOA	DESPESAS NA LOA	POSSE DE DOUGLAS RUAS

O governador eleito do Rio de Janeiro, Douglas Ruas (PL), vai assumir o Palácio Guanabara em 6 de janeiro de 2027 com um déficit previsto de R$ 13,98 bilhões para o primeiro ano de mandato. O número está no projeto de Lei Orçamentária Anual enviado à Assembleia Legislativa (Alerj) no fim de setembro pelo governador em exercício, o desembargador Ricardo Couto, que comanda o estado desde março, quando Cláudio Castro renunciou. O projeto prevê receitas líquidas de R$ 124,39 bilhões e despesas de R$ 138,37 bilhões.

Ruas, que preside a Alerj desde abril, quer usar os últimos meses na Casa para negociar mudanças no texto antes de tomar posse. Ele foi declarado eleito no primeiro turno, com 50,88% dos votos válidos, depois de uma retotalização confirmada pelo TRE-RJ.

A EQUIPE E O TETO

Em 3 de novembro, na sede da Firjan, onde funciona a transição, Ruas anunciou os três primeiros secretários: Maria Gabriela Bessa na Casa Civil e Governança, Anderson Monteze no Planejamento, Gestão e Inovação, e a vice-governadora eleita, Fernanda Louback, nas Políticas Inclusivas e da Mulher. O deputado estadual Jair Bittencourt (PL) foi confirmado na Secretaria de Governo.

A primeira tarefa de Monteze é revisar as projeções de arrecadação antes da votação na Alerj. "Não podemos simplesmente reduzir o déficit de forma artificial e ter que rever os números depois", disse ao jornal O Globo. Ele também prepara um teto de gastos estadual a partir de um projeto que Ruas apresentou quando era deputado. A regra deve seguir o Propag, o programa federal de renegociação das dívidas estaduais, que limita o crescimento das despesas de custeio à inflação do ano anterior.

"Não podemos simplesmente reduzir o déficit de forma artificial e ter que rever os números depois." Anderson Monteze, futuro secretário de Planejamento

O OUTRO LADO DAS CONTAS

Na Alerj, há quem considere o rombo superestimado. O deputado Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSD), da Comissão de Orçamento, aponta que os gastos com pessoal podem estar inflados, porque o projeto prevê aumento de 13,5% em 2027. O colega André Corrêa (PSD) sugere ampliar o prazo da lei que permite usar royalties de petróleo para pagar dívidas. Ainda assim, o déficit de 2027 é cerca de R$ 5 bilhões menor que o previsto no orçamento aprovado para 2026.

O EFEITO DO AJUSTE FEDERAL

O pacote fiscal que o Senado termina de votar na terça pode piorar a conta. O artigo 2º do PLP 299/2026 reduz de R$ 4 bilhões para R$ 1 bilhão por ano, entre 2027 e 2030, os repasses da compensação da Lei Kandir aos estados. O Rio, exportador de petróleo, foi citado pelo senador Sergio Moro entre os estados mais prejudicados. O valor exato da perda fluminense ainda não foi divulgado pelo governo estadual. O texto também limita a compensação previdenciária e retira do piso da saúde receitas extraordinárias do petróleo, que pesam mais para estados produtores.

NA CAPITAL

Na Prefeitura, o prefeito Eduardo Cavaliere (PSD), no cargo desde março, quando Eduardo Paes renunciou para disputar o governo, lançou o Concurso Carioca de Decoração Natalina 2026, organizado pela Riotur. As inscrições abrem nesta segunda-feira (16), às 14h, e vão até 11 de dezembro. O primeiro lugar entre ruas, vilas e travessas recebe R$ 50 mil, e o resultado sai em 23 de dezembro no Diário Oficial.

No último domingo (8), Cavaliere percorreu áreas afetadas por enchentes e anunciou nova etapa de obras de drenagem na Vila Aurora, em Curicica, onde o Rio Guerenguê transborda com frequência. Em Acari, a Prefeitura já retirou mais de 140 mil toneladas de resíduos do rio. Neste domingo, ônibus, BRT e VLT foram gratuitos para candidatos do Enem cadastrados, com créditos de R$ 10 pelo cartão Jaé.

O QUE MUDA AGORA

A Alerj discute em plenário a LOA de 2027. Se o ajuste federal for aprovado com o artigo da Lei Kandir, o novo governo terá de reabrir a conta antes de assumir. A disputa ocorre ao mesmo tempo em que a Câmara do Rio se reorganiza para 2027 e partidos se posicionam para a eleição municipal de 2028.

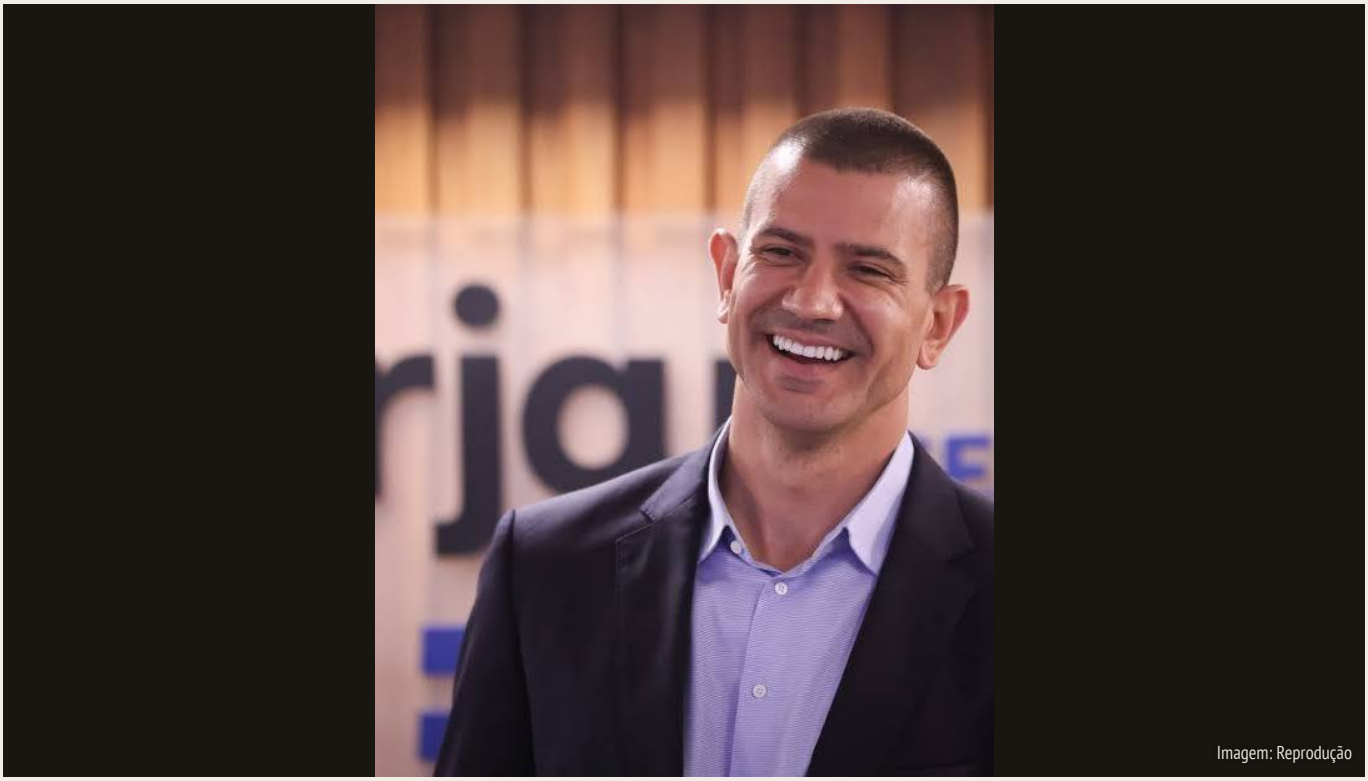


Imagem: Reprodução

STF · ADIS 8.041 E 8.042

O fim da escala 6x1 volta à estaca zero no STF a um mês de valer

Um pedido de destaque de Luiz Fux tirou do plenário virtual a liminar de Flávio Dino, que já tinha quatro votos. O julgamento recomeça no plenário físico, sem data.

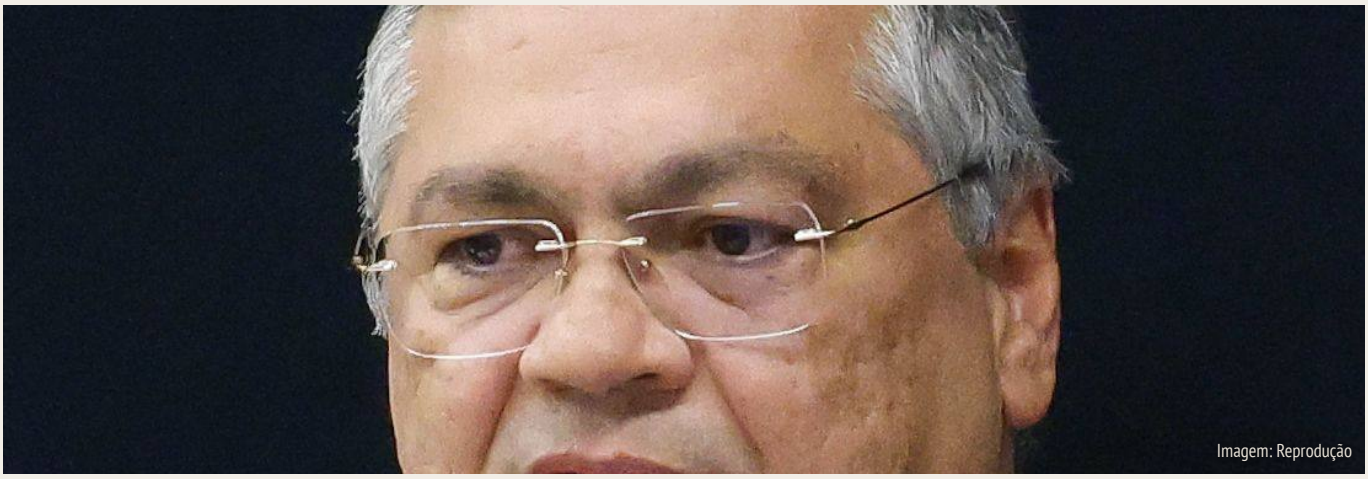


Imagem: Reprodução

4	44h para 42h	40h	8h24
VOTOS ZERADOS PELO DESTAQUE	JORNADA EM 16/12/2026	LIMITE EM 16/12/2027	JORNADA DIÁRIA SEM ACORDO

O julgamento que decide como será a transição para o fim da escala 6x1 terá de recomeçar do zero. Um pedido de destaque do ministro Luiz Fux, registrado neste fim de semana, interrompeu a análise, no plenário virtual do Supremo Tribunal Federal, da liminar concedida pelo ministro Flávio Dino nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 8.041 e 8.042. O prazo da sessão virtual terminaria nesta segunda-feira (16). Com o destaque, o caso vai ao plenário presencial, e caberá ao presidente da Corte, Edson Fachin, marcar a data.

O efeito processual é relevante. Pelo regimento interno do STF, o destaque reinicia o julgamento e zera os votos já depositados. Antes da interrupção, Dino, relator, tinha sido acompanhado por Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes. Todos terão de votar de novo.

A EMENDA EM QUESTÃO

A Emenda Constitucional 141/2026, publicada no Diário Oficial da União em 16 de outubro, reduziu a jornada máxima de 44 para 40 horas semanais e garantiu dois dias de descanso remunerado, sem redução de salário. A mudança alterou o artigo 7º, inciso XIII, da Constituição, que fixava a duração do trabalho em oito horas diárias e 44 semanais. A transição tem duas etapas: em 16 de dezembro de 2026, a jornada cai para 42 horas e o segundo repouso se torna obrigatório; em 16 de dezembro de 2027, chega a 40 horas. Na primeira data, perdem eficácia as cláusulas de acordos e convenções coletivas incompatíveis com a nova regra.

A ADI 8.041 foi proposta pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), e a ADI 8.042, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A CNC pediu que a primeira etapa fosse adiada para 16 de outubro de 2027 e as 40 horas para outubro de 2028, alegando que o prazo de dois meses coincide com a alta temporada do comércio e anula automaticamente cláusulas coletivas. A CNI pediu suspensão das etapas por pelo menos um ano.

O QUE DINO DECIDIU

Em 12 de novembro, Dino negou o adiamento e manteve o calendário. Para ele, o prazo foi uma "escolha política legítima" do Congresso, ligada a "direito indisponível relacionado à proteção, à saúde e à vida familiar dos trabalhadores e das trabalhadoras". Deferiu, porém, parte das cautelares para resolver um problema aritmético da própria emenda: como o limite de oito horas diárias foi mantido, cinco dias de oito horas somam 40 horas, e não 42.

A liminar resolve a conta das 42 horas sem acordo coletivo, mas devolve aos sindicatos as escolhas que vencem em 2027.

A solução foi permitir que, sem acordo ou convenção coletiva celebrados até 15 de dezembro de 2026, as 42 horas sejam distribuídas em cinco jornadas de até oito horas e 24 minutos, por um ano, sem adicional de hora extra sobre os 24 minutos excedentes. Dino também fixou 90 dias, a partir de 16 de dezembro, para a revisão de acordos e convenções; exigiu neutralidade salarial, inclusive dos pisos; afastou travas temporais para a fruição dos repousos, que poderão ser definidas em negociação; autorizou os ministérios do Desenvolvimento, do Empreendedorismo e do Trabalho a editar portaria conjunta subsidiária se a negociação fracassar; deu 180 dias aos contratos administrativos dos três níveis de governo para se adequar; e fez apelo ao Congresso para regulamentar os regimes diferenciados de trabalho.

O OUTRO LADO

A decisão foi criticada pelos dois lados. As confederações patronais querem mais tempo. A Câmara dos Deputados, em manifestação nas ações, alertou que a autorização para jornadas de 8h24 sem acordo coletivo pode, na prática, permitir a manutenção de escalas próximas da 6x1. O ministro não respondeu publicamente às críticas depois do destaque.

O QUE MUDA AGORA

Enquanto o plenário não julgar, a liminar de Dino continua valendo, porque o destaque interrompe o referendo, não a decisão individual. O calendário da emenda, portanto, segue de pé: 42 horas e duas folgas a partir de 16 de dezembro. O risco para empresas e trabalhadores é a insegurança: um julgamento presencial depois daquela data pode mudar regras de transição já em execução. O decreto federal que regulamenta a mudança ainda não foi publicado.

O QUE OBSERVAR

1. A data do julgamento presencial, que depende de Edson Fachin.
2. A publicação do decreto federal que regulamenta a transição.
3. Os acordos e convenções coletivas fechados até 15 de dezembro.

STF · REVISÃO CRIMINAL

Revisão criminal de Bolsonaro vai ao plenário com parecer contrário da PGR

Paulo Gonet afirma que a defesa não trouxe fatos novos. Kassio Nunes Marques, relator, levará o caso aos 11 ministros. A data depende de Fachin.



Imagem: Reprodução

27 anos e 3 meses	2	art. 621	11
PENA IMPOSTA PELA PRIMEIRA TURMA	REVISÕES CRIMINAIS PENDENTES	CPP, HIPÓTESES DE REVISÃO	MINISTROS NO PLENÁRIO

O ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal, vai levar ao plenário da Corte os pedidos de revisão criminal apresentados pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado pela Primeira Turma a 27 anos e 3 meses de prisão por tentativa de golpe de Estado. A decisão de submeter o caso aos 11 ministros foi divulgada depois que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou na quinta-feira (12) parecer contrário à revisão. É a segunda vez que Gonet rejeita um pedido da defesa nesse sentido.

A BASE LEGAL

A revisão criminal está prevista no artigo 621 do Código de Processo Penal. Ela só cabe contra condenação definitiva e em três hipóteses: quando a sentença contrariar texto expresso da lei penal ou a evidência dos autos; quando se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos; ou quando, depois da sentença, surgirem novas provas de inocência ou de circunstância que autorize diminuição da pena. A competência do STF para julgar a revisão de seus próprios julgados está no artigo 102, inciso I, alínea "j", da Constituição.

O QUE A DEFESA ALEGA

A primeira revisão foi protocolada em 8 de maio e distribuída por sorteio a Nunes Marques em 11 de maio, já que o regimento interno reserva a relatoria a integrantes da Segunda Turma, da qual não participam os ministros que condenaram o ex-presidente. A segunda foi apresentada no início de outubro. A defesa sustenta que Bolsonaro, por ser ex-presidente e ter sido incluído no inquérito quando ainda ocupava o cargo, deveria ter sido julgado pelo plenário, e não pela Primeira Turma. Também

contesta a validade da colaboração premiada do tenente-coronel Mauro Cid e pede a reabertura da fase de instrução e a suspensão da prisão até o julgamento final.

"As dúvidas que a petição suscita sobre a rastreabilidade de procedimentos técnicos não são capazes de, por si, evidenciar a inocência." Paulo Gonet, procurador-geral da República

A tese da competência ganhou força na defesa depois da sessão de 15 de setembro, quando o plenário do STF começou a analisar indícios sobre a relação do ministro Alexandre de Moraes com o banqueiro Daniel Vorcaro, do Banco Master. Segundo a petição, naquela ocasião a PGR e ministros reconheceram que certas investigações exigem aval do plenário. Nunes Marques se declarou impedido de participar daquele julgamento.

O QUE DIZ A PGR

No parecer, Gonet afirma que os advogados não apresentaram fatos que justifiquem a revisão, que não há evidências de cerceamento de defesa e que a condenação se baseou em provas. Para o procurador-geral, as dúvidas levantadas pelo parecer técnico anexado à petição "não são capazes de, por si, evidenciar a inocência ou revelar uma causa especial de diminuição de pena". A revisão criminal, nessa leitura, não serve para rediscutir provas já examinadas.

O CONTEXTO

Nunes Marques, indicado ao Supremo pelo próprio Bolsonaro, afirmou em outubro que não analisaria o caso antes do segundo turno para não interferir na eleição. Ele chegou a avaliar a concessão de liminar, mas optou por levar a decisão ao colegiado. O presidente do STF, Edson Fachin, já havia indicado aos colegas que o plenário daria a palavra final. A eleição presidencial terminou em 25 de outubro com a vitória de Lula sobre o senador Flávio Bolsonaro, filho do ex-presidente.

O DEBATE JURÍDICO

A revisão criminal é um instrumento excepcional. A jurisprudência do Supremo e do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que ela não funciona como segunda apelação: não basta discordar da interpretação das provas, é preciso demonstrar erro evidente, falsidade ou prova nova. Por isso, a questão da competência é o ponto mais relevante do pedido. Se a Corte entender que o julgamento cabia ao plenário, e não a uma turma, a discussão deixa de ser sobre provas e passa a ser sobre nulidade. Para a PGR, não houve nulidade nem cerceamento de defesa, e a condenação se apoiou em provas examinadas no processo.

O QUE MUDA AGORA

Se o julgamento for presencial, a data depende de Fachin. O plenário pode não conhecer da revisão, se entender que ela não se enquadra em nenhuma hipótese do artigo 621; conhecê-la e negá-la; ou acolhê-la, total ou parcialmente. Uma eventual anulação teria efeito também sobre os demais réus, que aguardam para apresentar pedidos próprios.



Imagem: Reprodução

MERCADOS · SEMANA DE 9 A 13 DE NOVEMBRO

A bolsa sobe, o dólar também, e a conta aparece nos juros longos

O Ibovespa fechou a semana com alta de 2,35%, a melhor desde o primeiro turno. O dólar foi a R$ 5,655, maior valor desde junho de 2025. A curva de juros ficou mais inclinada.



Imagem: Reprodução

172.457	R$ 5,655	13,75%	15,000%
IBOVESPA, +0,66% NA SEXTA	DÓLAR, +0,05% NA SEXTA	SELIC, MANTIDA EM 4/11	DI JANEIRO DE 2031

Os mercados brasileiros não abriram neste domingo, e os números que valem para a semana que começa são os do fechamento de sexta-feira (13). O Ibovespa subiu 0,66%, aos 172.457,76 pontos, com ganho de 1.133,45 pontos no dia e volume de R$ 27,6 bilhões. Na semana, acumulou alta de 2,35%, a maior desde os 8,82% registrados logo depois do primeiro turno das eleições. No mês, sobe 2,70%, e no ano, 7,03%.

O dólar comercial fechou em leve alta de 0,05%, a R$ 5,655, depois de oscilar entre R$ 5,632 e R$ 5,667. É o maior valor de fechamento de 2026 e o mais alto desde 2 de junho de 2025, quando a moeda terminou o dia a R$ 5,673. Na semana, subiu cerca de 2,6%. A Ptax, taxa de referência do Banco Central, fechou a R$ 5,6518 na venda.

BOLSA E DÓLAR NO AZUL AO MESMO TEMPO

Não é o padrão. Normalmente, quando o investidor estrangeiro compra ações brasileiras, o real se valoriza. Nesta semana, a bolsa foi sustentada por blue chips e balanços específicos, enquanto o câmbio refletiu a cautela com as contas públicas e o fortalecimento global do dólar. O índice DXY, que mede a moeda americana contra as de países ricos, subiu 0,23% na sexta, a 103,41 pontos.

O pano de fundo é o ajuste fiscal. O texto-base aprovado pelo Senado na quinta tem impacto estimado de 0,35% a 0,45% do PIB, segundo o JPMorgan, que questiona a capacidade do arcabouço de estabilizar a dívida e recomendou cautela com ações brasileiras. O UBS rebaixou o Brasil entre os mercados emergentes, citando incerteza fiscal, inflação resistente e juros altos por mais tempo. O Goldman Sachs projeta crescimento de 1,6% do PIB em 2026 e de apenas 0,6% em 2027.

O mercado cobra mais para emprestar ao governo por cinco anos do que a Selic de hoje: a diferença é o preço da dúvida fiscal.

A CURVA DE JUROS

Os contratos de juros futuros (DI) fecharam em queda na maior parte da curva na sexta, depois de abrir em alta. O DI para janeiro de 2027 ficou em 13,672%; o de janeiro de 2028, em 14,285%; o de janeiro de 2029, em 14,685%; e o de janeiro de 2031, em 15,000%. Na comparação com a sexta anterior, porém, o vencimento de 2028 ficou praticamente estável, enquanto o de 2031 subiu 10 pontos-base. A curva terminou a semana mais inclinada, sinal de que o risco percebido está no longo prazo, não na política monetária imediata.

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, disse na sexta, em evento do Barclays, que a autoridade não controla a curva: "A única maneira de comprimir prêmio é comprimindo riscos, o que está diretamente envolvido com credibilidade". O Copom manteve a Selic em 13,75% em 4 de novembro, por unanimidade, interrompendo cinco cortes seguidos de 0,25 ponto que levaram a taxa de 15% ao nível atual. A próxima reunião é em 9 de dezembro.

ATIVIDADE E EXTERIOR

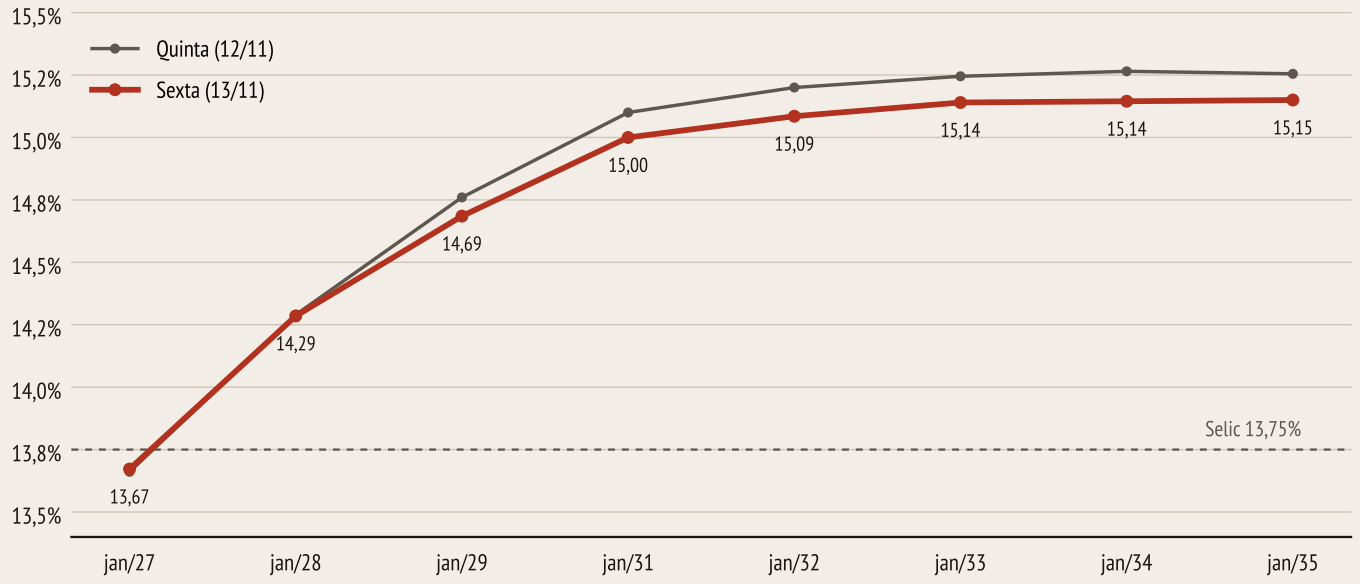
As vendas no varejo subiram 0,2% em setembro sobre agosto, segundo o IBGE, contra expectativa de queda. O gerente da pesquisa, Cristiano Santos, leu o dado como estabilidade. O varejo ampliado fechou o terceiro trimestre com queda de 0,3%, puxado pelos segmentos dependentes de crédito, que recuaram 2,1%, segundo o C6 Bank.

Nos Estados Unidos, o índice de preços ao produtor subiu 0,3% em outubro, abaixo dos 0,4% esperados, mas acumula 6,5% em 12 meses. O CME FedWatch aponta 87% de chance de alta de 0,25 ponto nos juros americanos em 9 de dezembro. O petróleo Brent para janeiro fechou a US$ 95,84, antes das notícias do fim de semana sobre o Estreito de Ormuz. Em Wall Street, o S&P 500 caiu 0,40% e o Nasdaq, 0,91%, ainda sob o efeito da renúncia de Jensen Huang do comando da Nvidia.

O QUE MUDA AGORA

A abertura desta segunda-feira deve reagir a dois fatores do fim de semana: a alegação do Irã de que um superpetroleiro afundou em Ormuz, que pressiona o petróleo, e a expectativa pela votação dos destaques do ajuste na terça. O Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central na segunda, mostrará se as projeções de inflação e Selic para 2026 e 2027 voltaram a subir.

CURVA DE JUROS FUTUROS (DI), TAXA AO ANO POR VENCIMENTO



Fonte: B3, via InfoMoney (fechamento de 12 e 13/11/2026). Conferido com Times Brasil.

EMPRESAS · BALANÇOS DO 3º TRIMESTRE

Banco do Brasil perde 11,85% na semana e vira o termômetro do crédito rural

O lucro do BB caiu 66,5%. CSN despencou 12% na sexta. Magazine Luiza liderou as altas. Nvidia divulga resultado na terça sem o fundador no comando.



Imagem: Reprodução

-11,85%	-12,06%	+10,47%	R$ 1,72 bi
BBAS3 NA SEMANA	CSNA3 NA SEXTA	MGLU3 NA SEXTA	LUCRO DA CEMIG NO 3T

A temporada de balanços do terceiro trimestre dominou a semana na B3, e o caso mais pesado foi o do Banco do Brasil. As ações ordinárias (BBAS3) caíram mais 2,45% na sexta-feira (13) e acumularam perda de 11,85% na semana, depois de o banco divulgar queda de 66,5% no lucro e reduzir suas projeções. Na quinta, o tombo foi de 8,35%. O papel foi o mais negociado do Ibovespa nos dois dias.

O problema está na inadimplência do agronegócio. A presidente do banco, Tarciana Medeiros, afirmou que há 31 mil devedores do agro e abriu as portas para renegociação. O BB disse que nunca atribuiu a inadimplência a todo o setor, que 90% dos clientes estão em dia e que os atrasos se concentram em médios e grandes produtores de soja, milho e pecuária, sobretudo no Centro-Oeste. Os demais grandes bancos subiram na sexta: Itaú (ITUB4) ganhou 1,42%, Bradesco (BBDC4), 1,40%, e Santander (SANB11), 0,04%.

AS MAIORES QUEDAS

A CSN (CSNA3) despencou 12,06% na sexta, depois de resultados abaixo do esperado, e a CSN Mineração (CMIN3) recuou 3,73%. O novo presidente-executivo, Fabio Schvartsman, disse em sua primeira teleconferência que prefere vender ativos de logística individualmente, e não uma participação minoritária na divisão, e que não pode garantir a meta de alavancagem de três vezes até o fim do ano. A Natura (NATU3) caiu 3,75% mesmo após voltar ao lucro, de R$ 49 milhões no trimestre. A empresa prevê um 2027 "desafiador" e colocou a preservação de caixa como prioridade.

A queda do BB não é sobre um banco: é sobre o crédito rural num ano de juros a 13,75% e preços agrícolas mais baixos.

AS MAIORES ALTAS

O Magazine Luiza (MGLU3) subiu 10,47% na sexta e terminou como a maior alta da semana no índice, segundo o InfoMoney. A Cosan (CSAN3) avançou 8,77%, puxada pelos balanços de Rumo e Compass, e a Minerva (BEEF3), 7,23%. A Rumo (RAIL3) subiu 4,50% mesmo com lucro ajustado de R$ 605 milhões, 17,4% menor que um ano antes. A Cyrela (CYRE3) ganhou 3,89%, com resultados em linha. A Petrobras (PETR4) se recuperou 1,34%, a R$ 45,30, na segunda alta seguida após o balanço. A Vale (VALE3) caiu 0,70%, acompanhando o minério de ferro em Dalian.

Entre os demais resultados, a Cemig informou lucro de R$ 1,72 bilhão no trimestre, mais que o dobro do ano anterior. A JHSF lucrou R$ 391,4 milhões, alta de 28,6%. A Simpar voltou ao lucro, com R$ 35,2 milhões. A Brava teve prejuízo de R$ 155,7 milhões.

O QUE OS NÚMEROS DIZEM SOBRE A ECONOMIA

Os balanços desenham uma economia em desaceleração, com diferenças nítidas entre setores. Empresas expostas ao crédito, como o BB, sentem a combinação de juros altos e inadimplência. Empresas de consumo dependem da renda, que ainda resiste: o varejo de setembro surpreendeu para cima, impulsionado por bens essenciais. Exportadoras e companhias com receita em dólar se beneficiam do câmbio, razão pela qual o JPMorgan recomendou preferência por esse grupo. Setores regulados, como energia, mostram resultados mais estáveis, caso da Cemig. A Caixa informou que estuda aumentar os juros do financiamento imobiliário por causa da disponibilidade de recursos, mais um sinal de que o crédito vai seguir caro em 2027.

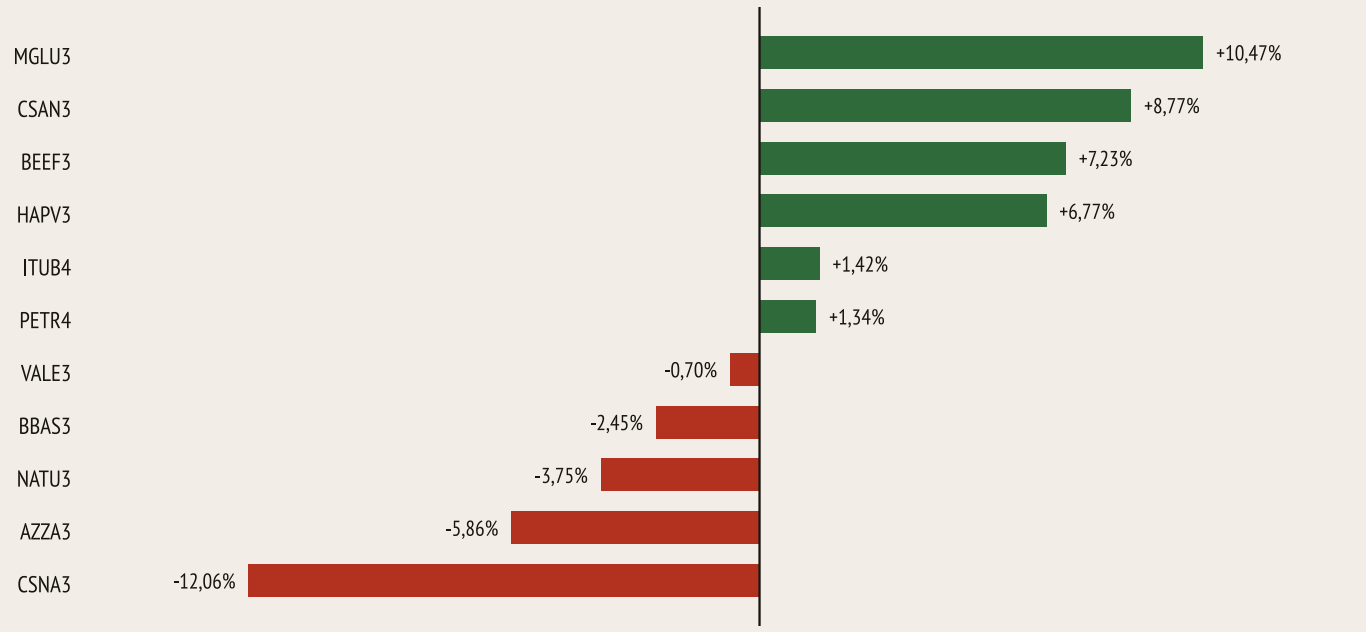
LÁ FORA

A Nvidia divulga o resultado do terceiro trimestre fiscal na terça-feira (17), pela primeira vez sem Jensen Huang, que renunciou na quinta após revelações de casos extraconjugais e de ligação com uma empresária chinesa investigada. A diretora financeira, Colette Kress, assumiu interinamente. O Departamento de Justiça dos EUA disse não saber se a empresária é espiã. O caso afeta o setor de inteligência artificial no mundo todo e pesou sobre bolsas asiáticas.

O QUE MUDA AGORA

Para o investidor brasileiro, o recado da semana é que o fiscal define o câmbio, e os balanços definem as ações individualmente. O BB será acompanhado pela evolução da renegociação com produtores. A Nvidia, na terça, dirá se a crise de governança chegou aos números.

IBOVESPA: MAIORES ALTAS E QUEDAS E BLUE CHIPS NA SEXTA (13/11)



Fonte: B3, via TradeMap, Suno, Spacemoney e InfoMoney (fechamento de 13/11/2026).

ORIENTE MÉDIO · ESTREITO DE ORMUZ

Irã diz ter afundado superpetroleiro em Ormuz; EUA afirmam que as rotas estão limpas

A Guarda Revolucionária alega que um navio com mais de 2 milhões de barris foi a pique após atingir uma mina. Não há confirmação independente. O Brent abre a semana sob pressão.



2 mi	US$ 95,84	25	1,5%
BARRIS NO NAVIO, SEGUNDO O IRÃ	BRENT NA SEXTA	MARINHEIROS MORTOS NA REGIÃO, DIZ A ONU	CHANCE DE TRÁFEGO NORMAL ATÉ 30/11 (POLYMARKET)

A Guarda Revolucionária Islâmica do Irã (IRGC) afirmou neste domingo (15) que dois petroleiros atingiram minas navais e pegaram fogo quando tentavam atravessar a parte sul do Estreito de Ormuz por uma rota que Teerã classifica como "não autorizada". Segundo a força, um dos navios, um superpetroleiro com mais de 2 milhões de barris de petróleo, afundou nas águas do sul do Golfo Pérsico. A informação foi divulgada pela agência iraniana ISNA e reproduzida pela AFP e pela Anadolu. Não houve confirmação independente.

No sábado (14), a marinha regular e a IRGC já tinham relatado que três petroleiros teriam batido em minas, dois ao sul e um a leste do estreito. Os comunicados não deram nomes nem bandeiras das embarcações. O Irã afirma que os navios desligaram radares e sistemas de identificação para cruzar sem permissão e, neste domingo, acusou os Estados Unidos de dar apoio militar à travessia.

O OUTRO LADO

O Comando Central dos EUA (Centcom) rejeitou os relatos iranianos e sustenta que limpou de minas as principais rotas do estreito. Washington mantém um bloqueio naval aos portos iranianos desde o início da guerra, em 28 de fevereiro, quando EUA e Israel atacaram o Irã. Na sexta-feira, as Forças Armadas americanas também negaram que o Irã tenha destruído um radar de alerta antecipado no Bahrein, afirmando ter abatido dois drones lançados contra o país.

Por Ormuz passa cerca de um quinto do petróleo do mundo. Cada alegação de mina chega ao preço do diesel no Brasil.

O CONTEXTO

O Irã declarou o estreito fechado novamente em 12 de julho, depois que os EUA retomaram os ataques, e passou a ameaçar navios que usem rotas não designadas por Teerã. Segundo a ONU, citada pela Al Jazeera, 25 marinheiros morreram na região desde o início da guerra. O tráfego, que tinha base de cerca de 138 navios por dia, caiu a poucas unidades diárias nas últimas semanas. No mercado de previsões Polymarket, a chance de o tráfego voltar ao normal até 30 de novembro era de 1,5% neste domingo.

O petróleo Brent para janeiro fechou a sexta a US$ 95,84, depois de duas semanas de queda, em parte porque a Agência Internacional de Energia prevê que o mercado volte ao excedente pela primeira vez desde o início da guerra. A abertura dos futuros, na noite de domingo, é o primeiro teste da nova alegação. A inteligência americana estima que o Irã ainda tenha até 2.500 mísseis, segundo reportagem citada pela Anadolu.

Há ainda uma dimensão diplomática. A trégua entre Irã e Estados Unidos, que vinha sendo descrita como frágil, é testada a cada incidente. Na sexta, o Irã havia relatado a explosão de um navio de gás natural liquefeito a leste do estreito e afirmou ter destruído um radar americano no Bahrein em retaliação a um ataque contra uma torre de telecomunicações em Sirik, no sul do país. Washington negou. A falta de confirmação independente é a regra nesses episódios, e a imprensa internacional tem tratado os comunicados iranianos como alegações.

O IMPACTO PARA O BRASIL

O Brasil sente Ormuz por três canais. O primeiro é o preço dos combustíveis. Segundo a Abicom, o diesel vendido pela Petrobras está muito abaixo da paridade internacional, e a estatal não reajusta o diesel há 166 dias. O próprio ajuste fiscal em votação no Senado prevê excluir da meta de 2026 até R$ 10,5 bilhões em subsídios ao diesel, criados para conter esse efeito. O segundo é a inflação: o Copom citou o câmbio e a energia ao interromper os cortes da Selic. O terceiro é a receita: petróleo mais caro aumenta royalties e participações especiais, o que ajuda estados produtores como o Rio, e explica por que o ajuste retira essas receitas extraordinárias do piso da saúde.

O QUE MUDA AGORA

Trump deve levar a guerra com o Irã ao encontro com Xi Jinping e Vladimir Putin em Shenzhen, na quinta (19), segundo a Reuters. Até lá, o mercado vai precificar cada comunicado de Teerã. Para o Brasil, um Brent acima de US$ 100 pressionaria a Petrobras a reajustar o diesel ou o Tesouro a ampliar o subsídio.

O QUE OBSERVAR

1. A abertura do Brent na segunda-feira, primeiro teste da alegação iraniana.
2. Confirmação independente sobre o navio e sua bandeira.
3. Um eventual reajuste do diesel pela Petrobras ou mais subsídio do Tesouro.

GEOPOLÍTICA · APEC

Trump, Xi e Putin vão se sentar à mesma mesa pela primeira vez

O Kremlin e a Casa Branca confirmaram uma reunião trilateral em Shenzhen, na quinta (19), durante a cúpula da Apec. Na pauta, armas nucleares e o Irã. A Ucrânia, oficialmente, não.



Imagem: Reprodução

19/11	18 e 19/11	7	1ª
DATA DA REUNIÃO TRILATERAL	CÚPULA DA APEC EM SHENZHEN	ENCONTROS ANTERIORES TRUMP E PUTIN	TRILATERAL ENTRE EUA, CHINA E RÚSSIA

Os presidentes dos Estados Unidos, Donald Trump, da China, Xi Jinping, e da Rússia, Vladimir Putin, terão na quinta-feira (19), em Shenzhen, no sul da China, a primeira reunião trilateral entre os líderes das três potências. O porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, confirmou a data à agência estatal Tass no sábado (14): "Foi alcançado um acordo para realizar uma reunião trilateral no dia 19 entre o presidente Putin, o presidente Xi e o presidente Trump. O encontro ocorrerá em Shenzhen, à margem da cúpula da Apec". A Casa Branca já tinha anunciado o encontro na sexta.

A cúpula de líderes da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec) acontece nos dias 18 e 19. A Chancelaria chinesa, que no início do mês dizia não haver acordo, é a anfitriã e, segundo o próprio Kremlin, "a principal força organizadora".

A PAUTA

A porta-voz da Casa Branca, Olivia Wales, disse que Trump vai discutir "a redução de armas nucleares no mundo", tema que o presidente considera "muito perigoso". Segundo a Reuters, Trump também deve levantar a guerra com o Irã, mas não deve tratar da Ucrânia. O assessor de Putin para política externa, Yuri Ushakov, disse que os dois presidentes podem continuar discutindo "toda a gama de questões" relativas a um acordo na Ucrânia. A ideia de um encontro a três foi proposta por Putin em outubro, segundo o Wall Street Journal.

Uma trilateral sem a Europa e sem a Ucrânia é exatamente o formato que Bruxelas temia.

O OUTRO LADO

A Europa vê o formato com desconfiança. O chanceler alemão, Friedrich Merz, disse que a União Europeia teme uma "Anchorage 2.0", referência ao encontro entre Trump e Putin no Alasca, em 2025, que aconteceu sem os europeus. O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, pediu repetidamente uma reunião que inclua Kiev e, em setembro, sugeriu que Trump envolvesse Xi, por sua influência sobre Moscou. A reunião ocorre enquanto a UE tenta incluir Itália e Polônia nas negociações de paz e Moscou afirma que não vai ditar a composição da delegação europeia.

Há também um elemento interno americano. Trump enfrentou críticas em outubro ao suspender por seis meses as sanções à exportação de combustíveis da Rússia, numa tentativa de conter o preço do combustível nos EUA. E o escândalo da Nvidia, que envolve uma empresária chinesa suspeita de ligação com contrabando de chips, chega à mesa num momento de tensão tecnológica entre Washington e Pequim.

POR QUE É INÉDITO

Trump e Putin já se encontraram pessoalmente sete vezes, a mais recente no Alasca, em 2025. Xi e Putin se reuniram dezenas de vezes desde 2013. Mas nunca os três líderes estiveram juntos num formato próprio. Para Pequim, o encontro oferece o papel de mediador entre Washington e Moscou, algo que a diplomacia chinesa busca há anos. Para Washington, há riscos: colocar Putin e Xi na mesma sala reforça a imagem de um alinhamento entre os dois, que os EUA tentam evitar. Para Moscou, é a chance de voltar à mesa das grandes potências depois de quase cinco anos de isolamento ocidental.

O IMPACTO PARA O BRASIL

Para o Brasil, o encontro importa por três razões. A primeira é comercial: a China é o maior parceiro do país e os EUA impuseram o tarifaço, que ainda está em negociação. Um entendimento entre Washington e Pequim pode redistribuir demanda por soja, minério e petróleo. A segunda é energética: qualquer acordo sobre o Irã mexe com o petróleo e com o diesel. A terceira é diplomática: Lula passou a semana defendendo a diversificação de parceiros e o multilateralismo, e um arranjo entre três potências esvazia fóruns em que o Brasil tem voz, como o G20, que terá a próxima cúpula em Miami, em dezembro.

O QUE MUDA AGORA

O resultado de Shenzhen deve aparecer na sexta (20) nos preços do petróleo e nas bolsas asiáticas. Para o Itamaraty, a questão é se a trilateral vira formato recorrente ou fica como gesto isolado.

O QUE OBSERVAR

1. Uma declaração conjunta sobre redução de armas nucleares.
2. Menções ao Irã e ao tráfego no Estreito de Ormuz.
3. A reação da União Europeia e da Ucrânia ao formato a três.

VATICANO · VIAGEM APOSTÓLICA

Um mês após cirurgia, Leão XIV sobe aos Andes e desce à Amazônia

O papa visitou Cusco, a 3.400 metros, e Pucallpa, onde falou aos povos indígenas. A viagem por Uruguai, Argentina e Peru termina nesta segunda com missa em Lima.

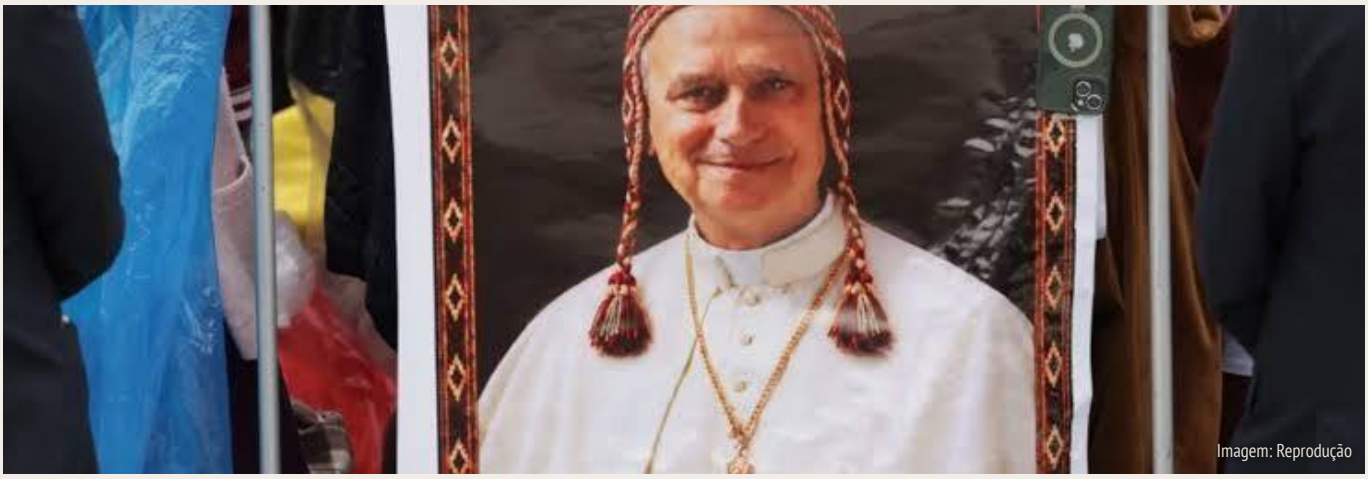


Imagem: Reprodução

3.400 m	12	71	17/11
ALTITUDE DE CUSCO	DIAS DE VIAGEM	ANOS DO PAPA	RETORNO A ROMA

O papa Leão XIV cumpriu neste domingo (15) a etapa fisicamente mais exigente de sua primeira viagem à América Latina como pontífice. Pela manhã, chegou a Cusco, nos Andes peruanos, a cerca de 3.400 metros de altitude, onde se encontrou com fiéis e representantes da piedade popular e visitou a fortaleza inca de Sacsayhuamán. À tarde, seguiu de avião para Pucallpa, cidade amazônica de 434 mil habitantes, para um encontro com missionários e representantes de povos indígenas, entre eles os Shipibo-Konibo.

A agenda foi mantida integralmente cerca de um mês depois de o papa, de 71 anos, passar por uma cirurgia de câncer de pulmão. A operação levantou dúvidas, por vários dias, sobre a viabilidade da viagem, segundo a AFP. Robert Francis Prevost, primeiro papa nascido nos Estados Unidos, também tem nacionalidade peruana: viveu mais de duas décadas no país como missionário agostiniano e foi bispo de Chiclayo.

A MENSAGEM

Em Pucallpa, o papa deveria reforçar o ensinamento de Francisco sobre o cuidado com a criação e com as comunidades ameaçadas pela mineração ilegal de ouro, que avança sobre a floresta. A Euronews descreveu a visita como centrada na defesa dos povos indígenas e da Amazônia. A viagem teve ainda uma pauta social: comuneiros de Catacaos, no norte do país, pediram que o papa ouvisse suas denúncias de espoliação de terras.

Leão XIV é o terceiro papa a visitar o Peru, depois de João Paulo II, em 1985 e 1988, e de Francisco, em 2018.

A VIAGEM

A viagem apostólica começou em 6 de novembro, no Uruguai, passou pela Argentina e chegou ao Peru na quarta-feira (11), onde o papa foi recebido por milhões de pessoas. Em Lima, conduziu uma vigília com jovens no Estádio Nacional. No sábado (14), usou um helicóptero da Força Aérea peruana

para celebrar missa em Santa Cruz de Succhabamba e participou, em Zaña, de um encontro de oração que marcou o encerramento do Ano Jubilar. É a sétima viagem internacional de Leão XIV desde sua eleição, em maio de 2025.

O CONTEXTO

A AFP lembra que a viagem buscou reavivar a fé numa região em que o número de católicos registra queda. O Peru e a Argentina também enfrentam surtos de sarampo durante a visita. O governo peruano rompeu relações com o Irã em setembro, em meio à guerra no Golfo, e o papa tem repetido apelos pela paz no Oriente Médio e na Ucrânia.

A passagem por Cusco tem simbolismo próprio. A antiga capital inca é um dos centros da religiosidade popular andina, que mistura tradições indígenas e católicas, e o encontro com representantes da piedade popular dialoga com a defesa, feita por Francisco e retomada por Leão XIV, de uma Igreja que acolha as expressões culturais locais. Em Pucallpa, a agenda incluía uma apresentação de dança dos Shipibo-Konibo e um discurso sobre as ameaças às comunidades e à floresta.

O QUE MUDA AGORA

A visita ao Peru termina nesta segunda-feira (16), em Lima, com uma missa na Base Aérea Las Palmas, segundo o Vatican News. A chegada a Roma está prevista para terça-feira (17). Para o Brasil, que tem a maior população católica do mundo, a viagem reforça a prioridade dada pelo pontífice à Amazônia, tema em que a Igreja brasileira tem papel central.

O QUE OBSERVAR

1. A missa de encerramento em Lima, nesta segunda-feira (16).
2. As falas do papa na volta a Roma, prevista para terça (17).
3. Os próximos passos do pontificado sobre a Amazônia.

BRIEFING · O TEMA MAIS COMPLEXO DO DIA

Como funciona o ajuste fiscal de 2027, peça por peça

O PLP 299/2026 mexe na regra de gasto, nos benefícios tributários, no piso da saúde e no dinheiro dos estados. O que cada parte faz, quem ganha, quem perde e o que pode dar errado.



Imagem: Reprodução

R$ 45,1 a 56,1 bi	1/3	R$ 10,5 bi	1,5% do PIB
EFEITO EM 2027, SEGUNDO O RELATOR	DO AJUSTE VEM DE DESPESA (JPMORGAN)	DIESEL FORA DA META DE 2026	SUPERÁVIT PROMETIDO PARA 2030

O ajuste fiscal que o Congresso vota nesta semana tem um nome técnico, Projeto de Lei Complementar 299/2026, e um objetivo político: permitir que o governo Lula cumpra a meta fiscal de 2027 sem precisar alterá-la, e ainda assim pague as promessas do quarto mandato. Para entender por que ele foi desenhado assim, é preciso voltar ao arcabouço fiscal.

OS ANTECEDENTES

Em 2023, a Lei Complementar 200 substituiu o teto de gastos por uma regra com dois pilares. O primeiro limita o crescimento da despesa a uma fração do aumento da receita, com piso de 0,6% e teto de 2,5% de crescimento real ao ano. O segundo estabelece uma meta de resultado primário, com uma banda de tolerância de 0,25 ponto do PIB para cima ou para baixo. Se a receita frustrar, o governo deve contingenciar gastos para cumprir a meta.

O problema, apontado por economistas desde o início, é que a regra permitia cumprir a meta mirando o piso da banda e que parte das despesas, como saúde e educação, é vinculada à receita: quando a arrecadação sobe, o piso dessas áreas sobe junto e consome o espaço das demais. Somado ao crescimento de gastos obrigatórios como Previdência e Benefício de Prestação Continuada, isso comprimiu as despesas discricionárias. A dívida bruta continuou subindo, e o mercado passou a cobrar prêmios crescentes, visíveis nos juros longos acima de 15%.

OS ATORES

O projeto foi apresentado na quarta-feira (11) pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e relatado por Eduardo Braga (MDB-AM), que aprovou um substitutivo. O desenho saiu do Ministério do Planejamento, de Bruno Moretti, em articulação com a Fazenda, de Dario Durigan. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), in-

sistiu na votação rápida e conteve críticas, inclusive dentro do PT, segundo o InfoMoney. Na Câmara, o destino depende de Hugo Motta (Republicanos-PB). Ambos estão envolvidos na disputa pelas presidências das Casas na próxima legislatura, o que pesa nas negociações com o Planalto.

Do lado dos afetados estão os governadores, por meio do Comsefaz; as empresas beneficiadas por incentivos tributários, representadas por confederações como a CNI; e entidades da saúde, preocupadas com o novo cálculo do piso.

AS PEÇAS, UMA A UMA

A primeira peça é a regra de contingenciamento. O governo passa a poder bloquear verbas dos ministérios para atingir o centro da meta, mesmo quando um corte menor bastaria para ficar dentro da banda. Na prática, a tolerância deixa de ser alvo e volta a ser margem de erro. O texto também cria tetos anuais até 2030 para despesas específicas: R$ 1 bilhão para a equalização de juros do Proex, programa de financiamento às exportações, e R$ 1 bilhão para os repasses da Lei Kandir. Análises do texto citam ainda um limite de 2% para o crescimento real das despesas nos anos de contenção, abaixo dos 2,5% do arcabouço.

O pacote não muda a meta. Muda o caminho para chegar a ela, e boa parte desse caminho passa pelo caixa de terceiros.

A segunda peça é tributária. O projeto aprofunda o corte de benefícios fiscais, isenções, créditos presumidos e regimes especiais, elevando a redução linear para a faixa de 20% em relação aos parâmetros originais, com ganho estimado entre R$ 15 bilhões e R$ 19,5 bilhões, segundo análise do economista José Luís Oreiro. Muda o lucro presumido para parte das empresas e abre caminho para que o governo restrinja o uso de créditos tributários para compensar débitos com a Receita, ponto que é objeto de um destaque.

A terceira peça é federativa. A compensação da Lei Kandir, criada para ressarcir estados pela desoneração do ICMS nas exportações, cai de R$ 4 bilhões para R$ 1 bilhão por ano entre 2027 e 2030, com a diferença recomposta até 2037. A compensação previdenciária entre o regime geral e os regimes próprios estaduais fica limitada a R$ 3 bilhões por ano no mesmo período. Para a União, é despesa adiada. Para os estados, é receita que some do planejamento.

A quarta peça é a saúde. Até 2030, as receitas extraordinárias da tributação sobre exportações de petróleo deixam de entrar na receita corrente líquida usada para calcular o piso federal da saúde, de 15%. A Warren Investimentos estima cerca de R$ 9 bilhões a menos no piso.

A quinta peça é de curto prazo: até R$ 10,5 bilhões gastos em subsídios ao diesel em 2026 ficam fora da apuração da meta deste ano, e o governo pode usar até 40% das sobras de fundos e receitas vinculadas para pagar despesas obrigatórias. O texto também dá 120 dias ao Congresso para votar uma lei contra os supersalários.

QUEM GANHA E QUEM PERDE

O Tesouro é o principal beneficiado no curto prazo, porque ganha espaço para cumprir a meta sem cortar programas prioritários. Os programas sociais do novo mandato, como o reajuste do Bolsa Família e a expansão do Pé-de-Meia, ficam protegidos, segundo o governo. Perdem os estados exportadores, que recebem menos da Lei Kandir; as empresas com incentivos tributários, que passam a recolher mais; e, potencialmente, a saúde, cujo piso cresce menos. O mercado ganha uma regra mais dura de contingenciamento, mas critica o peso da receita no pacote.

Há também um efeito sobre a qualidade do gasto. Contingenciar para o centro da meta significa, na prática, bloquear despesas discricionárias, como investimentos e custeio de ministérios, que já são a parte mais comprimida do orçamento. Sem mudanças nas despesas obrigatórias, o ajuste pode sair do papel à custa de obras paradas e serviços mais lentos.

OS NÚMEROS

O relator estima melhora de R$ 45,1 bilhões a R$ 56,1 bilhões no resultado primário de 2027. O JP-Morgan calcula o equivalente a 0,35% a 0,45% do

PIB, com cerca de um terço vindo de despesa e dois terços de receita e redução de benefícios. Moretti afirmou que o compromisso é com uma trajetória que leve a superávit de 1,5% do PIB em 2030 e que medidas adicionais serão tomadas se necessário. A dívida pública federal é estimada em R$ 11,1 trilhões, segundo reportagem citando o g1.

O CALENDÁRIO

O Senado vota os quatro destaques na terça-feira (17). Se o texto não for alterado, segue para a Câmara, onde precisa de 257 votos por ser lei complementar. Depois, vai à sanção presidencial, com possibilidade de vetos. Só então o Congresso vota o Orçamento de 2027, que o governo montou contando com as medidas. O recesso parlamentar começa em 23 de dezembro, o que deixa cerca de cinco semanas para tudo.

O QUE PODE DAR ERRADO

Três riscos aparecem nas análises. O primeiro é jurídico: estados podem questionar no Supremo o adiamento da Lei Kandir, cuja compensação foi fixada em acordo homologado pela própria Corte. O segundo é de execução: receitas de redução de benefícios costumam render menos que o previsto, porque empresas contestam e setores conseguem exceções no caminho. O terceiro é político: a Câmara ainda não tem relator, e a votação coincide com a montagem do ministério e com a disputa pelas presidências das Casas.

OS CENÁRIOS

Os cenários possíveis estão resumidos no quadro abaixo. Em qualquer um deles, o mercado vai julgar o ajuste por dois sinais: o nome do ministro da Fazenda e a disposição do governo em apresentar cortes de despesa adicionais antes da votação do Orçamento de 2027.

O QUE OBSERVAR

1. A votação dos quatro destaques no Senado, terça-feira (17).
2. A escolha do relator e do calendário na Câmara.
3. O nome do ministro da Fazenda e as medidas de despesa que vierem com ele.

CENÁRIOS ATÉ O FIM DO ANO

Cenário 1 · aprovado como está

Senado rejeita os destaques e Câmara aprova em dezembro. Orçamento de 2027 votado com o pacote. Estados recorrem ao STF contra o artigo da Lei Kandir.

Cenário 2 · aprovado sem a Lei Kandir

Destaque passa e o artigo 2º cai. O ajuste perde cerca de R$ 3 bi por ano até 2030. Governo busca compensação em despesa.

Cenário 3 · travado na Câmara

Sem relator e com disputa pelas presidências das Casas, a votação escorrega para 2027. Orçamento fica sem a base legal das medidas e o câmbio reage.



COLUNA · MATHEUS SENRA

O ajuste de Brasília não pode ser pago pelo caixa do Rio

O Brasil precisa de um ajuste fiscal. Mas um ajuste que adia o que a União deve aos estados apenas troca o problema de endereço.

POR MATHEUS SENRA · *rascunho para revisão*

Quem acompanha as contas públicas sabe que o governo federal precisava fazer alguma coisa. O dólar a R$ 5,65 e os juros longos acima de 15% não são opinião de economista, são o preço que o país paga pela desconfiança. Por isso, é bom que o Senado tenha aprovado o texto-base do ajuste fiscal. Mas há um artigo nesse projeto que diz muito sobre a forma como Brasília enxerga o resto do país.

O artigo 2º do PLP 299/2026 reduz de R$ 4 bilhões para R$ 1 bilhão por ano os repasses da Lei Kandir entre 2027 e 2030. É dinheiro que a União deve aos estados desde que desonerou as exportações do ICMS, um acordo que levou anos para ser fechado. Agora, para melhorar o próprio resultado, o governo federal decide pagar depois. A recomposição fica para 2037. Até lá, quem segura a conta são os estados exportadores.

O Rio de Janeiro está nessa lista. E o Rio não está em condições de emprestar dinheiro para ninguém. O orçamento de 2027 enviado à Alerj prevê R$ 124,4 bilhões de receitas e R$ 138,4 bilhões de despesas. São quase R$ 14 bilhões de déficit antes de qualquer corte federal. O próximo governador vai assumir em janeiro com a missão de criar um teto de gastos estadual. É razoável pedir ao estado que aperte o cinto enquanto Brasília afrouxa o dela às custas dele?

[RASCUNHO · Matheus, ajuste o tom e confirme se quer citar o déficit e o futuro governo estadual nominalmente.]

Não se trata de defender o estado contra a União por reflexo. Governadores de partidos diferentes, de Pernambuco ao Paraná, disseram a mesma coisa nesta semana. Quando Raquel Lyra e Sergio Moro concordam, vale prestar atenção. O argumento é simples: ajuste de verdade é corte de despesa própria, não adiamento de dívida com terceiros.

E há caminhos do lado da despesa. O próprio projeto dá 120 dias para o Congresso votar uma lei contra os supersalários, que o ministro do Planejamento chamou de questão "justa e essencial". Por que esperar? A revisão dos benefícios tributários também é bem-vinda, desde que venha com avaliação de resultado, e não apenas como corte linear que pune quem cumpre contrapartidas.

Para quem pensa a política do Rio, a lição vai além desta votação. O estado e a cidade dependem demais de receitas que não controlam: royalties de petróleo, repasses federais, compensações que mudam a cada governo. Enquanto for assim, cada ajuste em Brasília vira uma crise aqui. A resposta é construir capacidade própria de planejamento, com orçamento realista, metas públicas e prestação de contas.

Na terça-feira, o Senado vota o destaque que pode retirar esse artigo. Os senadores do Rio têm a obrigação de votar pelo estado. E quem quer governar ou representar o Rio a partir de 2027 deveria dizer, desde já, de que lado está.

Também é preciso dizer que o Rio tem lição de casa. Gastos com pessoal projetados para crescer 13,5% em um ano, benefícios fiscais estaduais pouco avaliados e uma dependência histórica dos royalties não se resolvem com repasse federal. A crítica ao artigo 2º só tem autoridade se vier acompanhada de compromisso com o próprio ajuste.

Ajuste fiscal sério começa em casa, não no caixa do vizinho.

AGENDA

O que acompanhar a partir de segunda

A semana em que o Congresso vota o ajuste e as big techs, e Lula define a equipe econômica.

SEGUNDA (16)	**Lula**	Retorno ao Brasil após COP31 e Asean. Começam as definições do ministério, a começar pela Fazenda.
SEGUNDA (16)	**Banco Central**	Boletim Focus com as projeções de inflação, PIB, câmbio e Selic.
SEGUNDA (16)	**Câmara**	Hugo Motta pode reunir os líderes para definir o calendário do ajuste fiscal (ou na terça).
SEGUNDA (16)	**Papa**	Missa de encerramento da visita ao Peru, na Base Aérea Las Palmas, em Lima.
SEGUNDA (16)	**Rio**	Abrem às 14h as inscrições do Concurso Carioca de Decoração Natalina, no site da Riotur.
SEGUNDA (16)	**Enem**	Começa o prazo, até sexta (20), para pedir reaplicação de quem faltou por motivos do edital.
SEGUNDA (16)	**EUA**	Fórum do presidente do Fed, Kevin Warsh, sobre inteligência artificial, em San Francisco.
TERÇA (17)	**Senado**	Votação dos quatro destaques do PLP 299/2026, incluindo a Lei Kandir.
TERÇA (17)	**Câmara**	Votação prevista do PL 4.675/2025, a regulação das big techs.
TERÇA (17)	**Nvidia**	Resultado do 3º trimestre fiscal, o primeiro sem Jensen Huang.
QUINTA (19)	**Shenzhen**	Reunião trilateral Trump, Xi e Putin, no segundo dia da cúpula da Apec.
NO RADAR	**STF**	Fachin precisa marcar a data do julgamento presencial da escala 6x1 e da revisão criminal de Bolsonaro.

FONTES

As fontes desta edição

Cada número foi conferido em pelo menos duas fontes. Quando houve divergência, o texto indica.

EDITORIAL E BRIEFING

Agência Senado e Rádio Senado (PLP 299/2026, 12/11); ficha do PLP 299/2026 no Senado Federal; Metrópoles (Motta, 13/11); InfoMoney (mercado, JPMorgan, Moretti, 13/11); O Povo (medidas, 13/11); Nexo Jornal (11/11); substack de José Luís Oreiro (15/11); Plox/O Tempo (piso da saúde, 15/11); TV Sim Brasil (dívida, 13/11).

BRASIL · AJUSTE FISCAL

Agência Senado; Metrópoles; SBT News (13/11); IstoÉ (14/11); Spacemoney/Estadão Conteúdo e Diário de Pernambuco (Raquel Lyra e Comsefaz, 13 e 14/11); Esmael Morais e Diário do Sudoeste (Moro, 12 e 14/11); InfoMoney (Kassab, Moretti); Três Pontas Studio/Jovem Pan e Poder360 (PT, PCdoB e PSOL).

BRASIL · LULA E MINISTÉRIO

Agência Gov (15/11); Brasil de Fato (15/11); Correio Braziliense e Estado de Minas (15/11); A Folha Hoje/Agência Brasil (15/11); TV Sim Brasil (13 e 15/11); Diário do Centro do Mundo e Farol da Bahia/g1 (13/11); Brasil em Folhas (Segurança Pública); Bloomberg Línea e brapi (resultado do 2º turno); InfoMoney (Atlas/Bloomberg, 13/11).

BRASIL · BIG TECHS

Câmara dos Deputados (ficha e enquete do PL 4.675/2025; parecer preliminar de 08/07/2026); Planalto (texto original); CNN Brasil (10 e 11/11); O Cafezinho (11/11); TV Sim Brasil (15/11); Consumer Choice Center; Brasil em Folhas (14/11).

RIO DE JANEIRO

Diário do Rio (11/10); Times Brasil e SINFRERJ/O Globo (03/11); Tribuna do Sertão (15/10); Portal VIU (05/11); NC News e DGRJ (03/11); CNN Brasil (TRE-RJ); Jornal Pimenta Rosa/Riotur (concurso natalino); Conexão Política (09/11); Diário do Rio (Enem); Diário do Sudoeste (Moro).

DIREITO · 6X1

STF Notícias (pauta do plenário virtual); ConJur (15/11 e 12/11); Diário do Centro do Mundo (14/11); JUS Braziliense/Correio Braziliense (12/11); Barbieri Advogados; ICL Notícias (Câmara); Diário Oficial da União (EC 141/2026, 16/10/2026); Constituição Federal, art. 7º, XIII.

DIREITO · REVISÃO CRIMINAL

InfoMoney/Estadão Conteúdo (parecer da PGR, 13/11); TV Sim Brasil (15/11); SBT News, O Povo, Times Brasil e BP Money (outubro); Jovem Pan e SBT News (sorteio, maio); Código de Processo Penal, art. 621; Constituição Federal, art. 102, I, j.

ECONOMIA E EMPRESAS

InfoMoney (cobertura ao vivo de 13/11, com curva de DI); Valor Econômico e Exame via Volpatte; Poder360/Agora Litoral; Campo Grande News; Times Brasil (DI); Brasil em Folhas (DI); Suno, Money Times, Spacemoney, TradeMap (altas e baixas, balanços); Banco Central (Ptax; Copom de 04/11); IBGE (PMC de setembro); CME FedWatch.

MUNDO · ORMUZ

Anadolu Agency (15/11); Middle East Eye (15/11); Manila Times/Reuters (15/11); Rio Times/RTÉ/AFP (15/11); Straits.live (15/11); FinanceFeeds e Admiral Markets (Brent); InfoMoney (Centcom e Bahrein, 13/11; Abicom).

MUNDO · SHENZHEN

Tass (14/11); Anadolu (14/11); CNN (13/11); Ukrainska Pravda (14/11); The New Voice of Ukraine (15/11); The Moscow Times (03/11); HNGN (13/11); Euronews (15/11).

RELIGIÃO

Vatican News (11/11); Euronews (15/11); O Tempo/AFP (15/11); Francês News (15/11); Metrópoles (roteiro); Fato Paulista (15/11); Wikipédia (programa oficial da viagem).

AGENDA

Agência Senado; Câmara dos Deputados; InfoMoney (Warsh, Nvidia); Vatican News; Riotur; Inep/Muita Informação; Tass.

THE SUMMIT

Política, economia, religião e direito, temas juntos e misturados.

EDIÇÃO Nº 6 · 16 NOV 2026 · INSTITUTO DIREITO DE TODOS